



escola de **gestores**
da educação básica

OS DESAFIOS DE UMA ESCOLA INCLUSIVA

BELO HORIZONTE

2011

NEILA MARIA DE SOUZA LIMA

OS DESAFIOS DE UMA ESCOLA INCLUSIVA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar.

Orientadora: Prof^ª. Grazielle Mariano
Batista Maia

BELO HORIZONTE

2011

NEILA MARIA DE SOUZA LIMA

OS DESAFIOS DE UMA ESCOLA INCLUSIVA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar.

Prof^ª. Grazielle Mariano Batista Maia (orientadora) – UFMG

Prof. Dr. Hormindo Pereira de Souza Junior - UFMG

Belo Horizonte, 14 de janeiro de 2011.

Dedico este trabalho ao meu amor, companheiro, amigo e marido Oliveira (Junior), que é uma das razões da minha luta constante para vencer, e que muito contribuiu para que este trabalho chegasse ao fim.

AGRADECIMENTOS

Inicialmente agradeço a Deus, pelos dons recebidos e oportunidade de alcançar mais um degrau em minha vida.

Agradeço aos meus pais pelo amor incondicional.

Aos meus professores, pelos conhecimentos adquiridos. A nossa Assistente de Turma Prof^a. Grazielle Mariano Batista Maia, que na sua simplicidade e dedicação muito nos ajudou e orientou nos momentos difíceis de nossos trabalhos.

Ao nosso Secretário da Educação, Prof. Jose Luiz de Paula e Silva que muito nos motivou e apoiou a participar do curso.

E finalmente às minhas companheiras e colegas de curso pela convivência e trocas.

Há escolas que são gaiolas e há escolas que são asas.
Escolas que são gaiolas existem para que os pássaros
desaprendam a arte do voo.

Pássaros engaiolados são pássaros sob controle.
Engaiolados, o seu dono pode levá-los para onde
quiser. Pássaros engaiolados sempre tem um dono.
Deixaram de ser pássaros. Porque a essência dos
pássaros é o voo.

Escolas que são asas não amam pássaros
engaiolados. O que elas amam são pássaros em voo.
Existem para dar aos pássaros coragem para voar.
Ensinar o voo, isso elas não podem fazer, porque o
voo já nasce dentro dos pássaros. O voo não pode
ser ensinado.

Só pode ser encorajado

Rubem Alves

RESUMO

Este trabalho é uma reflexão sobre a inclusão de crianças portadoras de necessidades especiais sob a perspectiva inclusiva na escola regular. Inicialmente tratou-se da questão relativa do termo inclusão e quais as condições atuais de se incluir alunos portadores de necessidades especiais em sala de aula regular. Trata também da falta de capacitação dos professores frente ao desafio de receber alunos com deficiência ou algum tipo de limitação em sala de aula regular. São destacados os desafios enfrentados hoje pela escola ao incluir alunos de diferentes potencialidades e dificuldades na sala de aula de uma escola regular. Os cuidados, o respeito, a atenção dedicados a eles na obtenção do conhecimento. O texto trata também dos projetos de escola e os suportes técnico, o percurso, currículo e avaliação e a necessidade da escola de superar as concepções meramente classificatórias. A importância da presença da escola regular na vida de cada um deles e a preocupação da construção de um ser social e interativo. A educação inclusiva parte do princípio de que todos podem aprender e de que suas diferenças devem ser respeitadas e trabalhadas. A escola torna-se inclusiva quando adota práticas baseadas na valorização da diversidade humana, no respeito pelas diferenças individuais, no desejo de acolher a todos, numa convivência harmoniosa, com a participação ativa da família e da comunidade escolar em todas as etapas do processo de aprendizagem. Este trabalho visa esclarecer as normalizações os pareceres e as orientações que regem a inclusão escolar juntamente com o PDI – Plano de Desenvolvimento Individual do aluno - que é o instrumento que irá subsidiar o processo de promoção às etapas seguintes. Chega-se a conclusão que a escola inclusiva depende do trabalho conjunto da direção, equipe de especialistas, professores e comunidade escolar, na resolução conjunta das mudanças que deverão acontecer na escola. Incluir significa oferecer um ensino de qualidade.

Palavras-chave: Crianças portadoras de necessidades especiais. Inclusão. Ensino Regular. Qualidade de Ensino.

SUMÁRIO

1 -	INTRODUÇÃO.....	09
	1.1 – Apresentação.....	09
	1.2 – Justificativa.....	09
	1.3 – Objetivos.....	10
2.	DESENVOLVIMENTO.....	11
	2.1 - A Questão da Educação Inclusiva na Escola Regular.....	11
	2.2 - A Escola Inclusiva, Os Projetos de Escola e Suportes Técnicos.....	13
	2.3 - Percurso, Currículo e Avaliação.....	14
	2.3.1 - Do Percurso.....	15
	2.3.2 - Do Currículo.....	16
	2.3.3 - Da Avaliação.....	16
	2.4 - Da Terminalidade Específica.....	17
3	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	18
4	REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS.....	20
5	ANEXO	21

Projeto Político Pedagógico da Escola Coronel Alonso de Moraes

1 - INTRODUÇÃO

1.1 - APRESENTAÇÃO

Este trabalho tem como objetivo a Análise Crítica do Projeto Político Pedagógico, e faz uma reflexão sobre a inclusão escolar de crianças portadoras de necessidades especiais, visando perceber os problemas relacionados à aprendizagem das mesmas, sob a perspectiva inclusiva na escola regular, o desenvolvimento dos profissionais envolvidos na Escola Municipal Coronel Alonso de Moraes da cidade de FRUTAL-MG, e suas relações com a participação da comunidade local.

O termo *inclusão*, segundo o Dicionário Aurélio, indica a relação de pertencimento.

O processo de ensino-aprendizagem é um conceito amplo que precisa ser visto como tal, levando em consideração a necessidade de resolução dos problemas de aprendizagem, justificado por queixas no contexto educacional, em que se distingue o como ensinar e a quem ensinar.

1.2 – JUSTIFICATIVA:

Diante de aprendizado insatisfatório, alguns professores se questionam sobre o que fazer para melhorar, enquanto outros não se constroem em responsabilizar o aluno, quando não sua origem ou família.

As crianças se desenvolvem em ritmo próprio e ser diferente da média não implica deficiência. Antigamente as famílias com mais posses proviam educação particular aos filhos considerados problemáticos, alguns dos quais depois se revelavam geniais nas ciências e nas letras. Enquanto isso, aos mais pobres era reservado o fracasso (<http://revistaescola.abril.com/formação/formação-continuada/esse-aluno-não-sabe-nada-602485.shtml>).

Cada ser humano e, por conseguinte, também cada criança, tem um nível próprio de compreensão, com graduações e níveis sem dúvida diferentes.

Entendemos que essa é uma discussão que precisa estar presente na escola, pois ao considerar a particularidade de cada indivíduo, o professor poderá ter um outro olhar para o seu aluno, enxergando no outro suas semelhanças e diferenças.

A primeira iniciativa para fazer a diferença é valorizar o que ela já sabe, seja isso cantar, fazer coleções, desenhar ou disputar jogos, baseando-se nisso para novos aprendizados, adequados à idade.

1.3 – OBJETIVOS:

O objetivo da inclusão é promover mudanças nas escolas e no sistema educacional como um todo para responder a uma ampla gama de necessidades, celebrando a diversidade de gênero, de raça e etnia, de linguagem, de origem, de nível de aquisição de aprendizagem ou deficiência. Os alunos deverão ser percebidos como sujeitos que tem diferenças (<http://aulatecnologiaeducacao.blogspot.com>).

A Escola tem como finalidade reforçar a interação entre os indivíduos e seu grupo social com a comunidade, respeitando valores, culturas e individualidades, ao pensar e propor as práticas educativas, buscando alternativas frente a situações adversas. É dever da escola inspirada na Constituição Federal, e princípios básicos que norteiam a boa convivência humana, oferecer ao educando seu pleno desenvolvimento, preparando-o para o efetivo exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Nesse contexto o acolhimento aos alunos com diferentes potencialidades e dificuldades, o papel reservado a eles na instituição, assim como, o cuidado e atenção com suas problemáticas de vida, podem concretizar o respeito mútuo, o diálogo, a justiça e a solidariedade.

“A construção do ser social, feita em boa parte pela Educação, é a assimilação pelo indivíduo de uma série de normas e princípios – sejam morais, religiosos, éticos ou de comportamento - que balizam a conduta do indivíduo no grupo. O homem, mais do que formador da sociedade, é um produto dela.”

Emile Durkheim

Revista Nova Escola, 166. Out. 03.

2 - DESENVOLVIMENTO

2.1 - A QUESTÃO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA ESCOLA REGULAR

Durante muito tempo, na escola, a diversidade foi algo de exclusão. O sistema educacional, tradicionalmente, tende a priorizar o princípio da *normalização*, com padrões pré-estabelecidos, homogeneizadores e seletivos que excluem aqueles que não se encaixam ao modelo. Em contraponto, os princípios da educação inclusiva permitem quebrar esse ciclo de exclusão, desafiar preconceitos e reconhecer a pessoa com deficiência como sujeito histórico e de direito.

A maneira como cuidar, integrar, reconhecer, relacionar-se com crianças e pessoas de um modo geral com necessidades especiais e que, por isso, diferenciam-se ou utilizam recursos diferentes dos normalmente conhecidos ou utilizados sempre foi um problema social e institucional. Essa tarefa estava, antes, restrita à família ou a alguma pessoa que, por alguma razão, assumisse esse papel, bem como as instituições públicas (hospitais, asilos, escolas especiais, etc.) especialmente dedicadas ao problema. Agora, espera-se que as escolas fundamentais incluam crianças que apresentam limitações.

Para MONTAAN, uma das maiores defensoras da educação inclusiva no Brasil, inclusão é:

“a nossa capacidade de entender e reconhecer o outro e assim, ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas diferentes de nós. A educação inclusiva acolhe todas as pessoas, sem exceção. É para o estudante com deficiência física, para os superdotados, para todas as minorias e para a criança que é discriminada por qualquer outro motivo. Inclusão é estar com, é interagir com o outro” (REVISTA ESCOLA. 2005, P.24)

A inserção de crianças especiais ou com necessidades especiais na escola regular depende de vários fatores, entre eles, a formação adequada e continuada dos profissionais da educação, sejam professores, especialistas, diretores.

Nesse sentido a escola precisa atender a qualquer aluno que não se encaixa no modelo ideal, já que incluir significa oferecer educação de qualidade a todas as pessoas.

A educação inclusiva parte do princípio de que todos podem aprender e de que suas diferenças devem ser respeitadas e trabalhadas. Práticas discriminatórias e crença

em um padrão único de comportamento, de ritmo, de aprendizagem e de experiência devem ser superadas.

Para se atingir melhor qualidade da educação será necessário preparar e capacitar o profissional para receber essas crianças especiais. A cooperação mútua entre o corpo docente e os profissionais da educação, é parte fundamental no processo de inclusão.

O aluno com dificuldades de aprendizagem, ou portador de necessidades educacionais especiais deve gozar do direito universal de ser igual aos outros.

Os conhecimentos construídos socialmente e que circulam nos diferentes espaços sociais constituem direito de todos.

O sucesso escolar não depende apenas de notas ou conceitos, mas de uma avaliação global da capacidade dessas crianças terem a sua efetiva inclusão no meio em que vivem, respeitando-se os seus direitos e possibilidades, abrindo novos caminhos para a sua vida.

Mais do que criar condições para os deficientes, a inclusão é um desafio que implica mudar a escola como um todo, no projeto pedagógico, na postura diante dos alunos, na filosofia da escola.

A aceitação da diversidade exige o desenvolvimento de uma pedagogia diferenciada. A escola atual confronta-se com uma grande heterogeneidade social e cultural. Essa realidade implica uma outra concepção de organização escolar, que ultrapasse a via da uniformidade e que reconheça o direito à diferença.

Segundo Montoan, o que faz uma escola ser inclusiva, em primeiro lugar, é um bom projeto pedagógico, que começa pela reflexão. Diferentemente do que muitos possam pensar, inclusão é mais do que ter rampas e banheiros adaptados. A equipe pedagógica da escola deve discutir o motivo de tanta repetência e indisciplina, de os professores não darem conta do recado e de os pais não participarem do processo educativo dos filhos. Um bom projeto valoriza a cultura, a história e as experiências anteriores da turma. As práticas pedagógicas também precisam ser revistas. Os estudantes precisam de liberdade para aprender do seu modo, de acordo com as suas condições. E isso vale para os estudantes com deficiência ou não (REVISTA ESCOLA, 2005, p. 25).

É através de compreensão que temos a capacidade de perceber a nossa corporeidade, relacionar-nos com os outros, orientar-nos para o futuro e temos condições de construir alguma coisa.

A diversidade que caracteriza os seres humanos, não é percebida pela criança a não ser como o resultado da observação dos outros e do comportamento dos mesmos em relação a ela. Aliás, a criança gostaria de poder fazer entender que existe um mundo totalmente seu, que não lhe cria muitos problemas e no qual consegue se situar sem dificuldade.

2.2 - A ESCOLA INCLUSIVA, OS PROJETOS DE ESCOLA E SUPORTES TÉCNICOS

É imprescindível considerar que a reorganização das escolas depende de um encadeamento de ações que estão centradas no Projeto Político Pedagógico da Escola (PPP). Os dados do PPP esclarecem o diretor, os professores, os coordenadores, os psicopedagogos, os funcionários e pais de alunos sobre a clientela e os recursos humanos e materiais didáticos de que a escola dispõe (MONTTOAN, 2003).

Existe a necessidade da escola se adaptar para a inclusão: fazer adaptações físicas. Oferecer um atendimento educacional especializado paralelamente às aulas regulares, de preferência no mesmo local.

Para que se concretize a inclusão, é indispensável à alteração do modo como muitas escolas estão organizadas. Dez anos depois da assinatura da Declaração de Salamanca, que garante aos portadores de necessidades o direito de frequentar o ensino regular, ainda é pequeno o número de escolas brasileiras em condições de acolher esses alunos.

De acordo com a declaração de Salamanca, os alunos com “necessidades educacionais especiais” devem ter acesso à escola normal, a qual deve acomodá-las em uma pedagogia centrada na criança capaz de atender às suas necessidades. Todas as crianças tem o direito de serem educadas em escolas predominantes, independentemente de suas deficiências ou de suas necessidades especiais (Unesco, 1995).

Quando serão postos em prática os princípios de escola inclusiva, enunciados na Conferencia de Salamanca? Quando se deixará de centrar o problema no aluno para centrá-lo em uma gestão diversificada do currículo?

É impossível haver inclusão em escolas onde o professor atua sozinho, impondo ritmos únicos, e salas organizadas em série. Série não rima com inclusão (Revista Pátio-Educação Infantil – março/junho 2008).

A função do atendimento profissional especializado é reintegrar a criança à vida escolar, oferecendo uma nova forma de relação, considerando que o processo de desenvolvimento da criança já se normalizou e que ela já pode voltar freqüentar as aulas sem o acompanhamento individualizado.

Segundo Lino de Macedo em seu livro *Ensaio Pedagógico* (p.29, 2005), como vamos suportar, nós professores, o fato de que a educação inclusiva veio tornar mais complexa a nossa vida, mais desafiadora a nossa tarefa de professores? O que temos de aprender com os professores especializados? Como vamos convocar pais e mães de crianças com deficiência e aprender com eles a lidar com essas crianças? Qual será a nossa disponibilidade para repensar o ritmo, a rotina, os objetos, o mobiliário, os recursos materiais? Como vamos repensar o espaço na sala de aula?... vamos precisar estudar o que antes estávamos dispensados de estudar, vamos ter de aprender técnicas nas quais antes não precisávamos pensar, vamos ter de aprender a ver mais devagar quando estávamos acostumados a ver em uma certa velocidade, vamos ter de aprender a ouvir sem audição. Vamos ter de rever as nossas expectativas como professores, as nossas formas de avaliar, de aprovar, de reprovar. Vamos ter de melhorar a nossa condição de trabalho. É importante assumirmos o preconceito, a nossa dificuldade, o nosso medo, a nossa impotência, porque só assim vamos poder, pouco a pouco, assumir, de fato, uma formação que promova a educação inclusiva.

2.3 - PERCURSO, CURRÍCULO E AVALIAÇÃO

A inserção da criança portadora de necessidades especiais no sistema regular de ensino desde a educação infantil constitui uma possibilidade de ela ter uma trajetória educacional mais favorável para sua aprendizagem, na medida em que partilha de um ambiente marcado do princípio de “todos” e não pela idéia de “alguns”, experimentando situações de aprendizagem mais rica para si mesma e para possibilidades de intervenção pedagógica (Revista Pátio – Educação Infantil. Março/junho/2008).

A escola torna-se inclusiva quando adota práticas baseadas na valorização da diversidade humana, no respeito pelas diferenças individuais, no desejo de acolher a todos, numa convivência harmoniosa, com a participação ativa da família e da comunidade escolar em todas as etapas do processo de aprendizagem.

2.3.1- DO PERCURSO

É necessário que os professores e a equipe pedagógica entendam que esse percurso não pode ser determinado pelas formas como a escola está organizada administrativa e pedagogicamente e sim ao contrário, a escola é que deve se organizar para privilegiar a continuidade da trajetória escolar do aluno, o transcorrer de suas experiências, respeitando o seu processo de desenvolvimento e aprendizagem. A escola deve repensar a idéia corrente que propões a adaptação e individualização/diferenciação do currículo e do ensino para alguns alunos. A questão é que, ao se adaptar currículos, selecionar atividades e formular provas diferentes para os alunos com deficiências e/ou transtornos globais do desenvolvimento, ocorre uma interferência exterior baseada em suposições sobre a capacidade – recorrentemente – de aprender desse aluno.

É preciso considerar que aprendizagem se dá na ação humana e se caracteriza pela criatividade, individualidade, heterogeneidade e auto-regulação. Isso ocorre independentemente das condições intelectuais serem mais ou serem menos privilegiadas. Dessa forma, a adaptação ao conteúdo escolar é realizada pelo próprio aluno e atesta a sua emancipação intelectual. (www.uniapaemg.org.br/admin/downloads/legislacao20106013.PDF)

Cabe à escola não limitar as possibilidades de percurso dos alunos e da intervenção pedagógica a um programa rígido e fixo. Ela deve, por outro lado, considerar o próprio educando e suas relações com o conhecimento e com o outro.

Os alunos com deficiências e/ou transtornos globais do desenvolvimento,o Parecer CEE n° 424/03 estabelece que:

Considerando a necessidade de percurso escolar com progressão continuada e garantia de aprendizagens, conforme PDI – Plano de Desenvolvimento Individual do aluno, o Prolongamento da temporalidade escolar deve-se limitar ao máximo de 50% do tempo previsto em Lei para o Ensino Fundamental.

Sendo assim, apesar da legislação prever a possibilidade de flexibilização do tempo escolar, essa não deverá ser feita aprioristicamente, sem levar em conta as características do processo de desenvolvimento e aprendizagem dos alunos; e a qualidade e pertinência das intervenções pedagógicas.

2.3.2 – DO CURRÍCULO

O conhecimento encontrado nos currículos escolares, geralmente, não possibilita as mediações necessárias para se compreender a dinâmica das realidades das práticas sociais, das exigências de mercados, das mudanças tecnológicas, da pluralidade de linguagens e discursos com os quais os alunos precisam saber lidar. O sucesso ou o fracasso da relação pedagógica dependerá, da capacidade e do mérito de cada um.

Uma educação inclusiva pressupõe a reestruturação da escola, no sentido de atender a toda a sua diversidade. O Projeto Político Pedagógico é, pois, uma ferramenta de fundamental importância na medida em que prevê alternativas e a revisão de procedimentos na organização do trabalho pedagógico, permitindo a estruturação e o domínio do processo educacional pelos educadores. Assim, o Projeto Político Pedagógico requer uma reformulação, para que se ajuste aos novos parâmetros da ação educativa. Aspectos da organização pedagógica, como os currículos, a formação das turmas, as práticas de ensino e a avaliação, precisam ser revistos e modificados, numa perspectiva inclusiva.

2.3.3 - DA AVALIAÇÃO

Quando o currículo dá ênfase a processos educacionais metacognitivos (aprender a aprender), intersubjetivos (aprender a conviver), intrasubjetivos (aprender a ser), e técnicos (aprender a fazer), deixando-se patente que nenhum desses processos dispensa o trabalho com conteúdo – sejam esses conceituais, procedimentais e/ou atitudinais -, a avaliação adquire a função de diagnóstico pedagógico, procurando identificar o que o aluno aprendeu ou não, e porque não aprendeu. Nesse sentido, a avaliação se prestará a fornecer pistas para tomada de decisões relativas ao que é necessário fazer para responder às necessidades identificadas dos alunos, apontando caminhos que possibilitem remover essas barreiras à aprendizagem, ressignificar o trabalho da escola, contribuindo para o desenvolvimento global do aluno e para o aprimoramento das instituições de ensino.

Existe a necessidade de a escola superar as concepções meramente classificatórias. Numa visão pedagógica, a avaliação passa a assumir um caráter

diagnóstico, processual e contínuo e implica a escola nos processos de aprendizagem dos alunos, vinculando a prática da avaliação da aprendizagem ao seu projeto pedagógico, à visão epistemológica que o mesmo encerra. Trata-se, aqui da visão formativa de avaliação.

A avaliação passa a integrar o processo didático de ensino/aprendizagem de forma constitutiva, subsidiando-o em sua construção bem sucedida, isto é, a avaliação coloca-se a serviço da aprendizagem e não como um elemento aferidor externo

Para a promoção às etapas ou séries seguintes, o aluno em inclusão deve ter um mínimo de aproveitamento, conforme estabelecido no Regimento Escolar , e 75% de frequência obrigatória.

O instrumento que irá subsidiar esse processo é o Plano de Desenvolvimento Individual – PDI – do aluno. O primeiro passo será uma avaliação inicial, que tem como objetivo identificar e conhecer as dificuldades e potencialidades no que diz respeito à aprendizagem e ao desenvolvimento global do aluno. A partir daí o professor irá planejar e executar sua intervenção pedagógica. Executada a intervenção, uma nova avaliação permitirá ao professor e equipe pedagógica verificarem os conhecimentos e as capacidades alcançadas pelo aluno. O parâmetro para essa verificação parte do patamar apresentado pelo aluno, das condições oferecidas pela escola no seu processo de ensino e do nível de desenvolvimento apresentado pelo aluno.

2.4 – DA TERMINALIDADE ESPECÍFICA

De acordo com a Orientação SD nº01/05 da SEE, fundamentada no Parecer CNE/CEB nº 17/2001, a Terminalidade Específica é uma certificação de conclusão de escolaridade expedida aos educandos com grave deficiência mental ou múltipla que, mesmo com os apoios e adaptações necessários e, uma vez esgotadas as possibilidades apontadas nos Artigos 24 e 26 da LDBEN não alcançarem os resultados de escolarização previstos nos artigos 32 e 35 dessa mesma lei.

Para que a terminalidade específica não resulte em prejuízos aos alunos com deficiências e condutas típicas que a demandem, ela deverá ser pautada pelos seguintes critérios:

- Realização de um processo avaliatório descritivo, com base no Plano de Desenvolvimento Individual do Aluno (PDI) – Parecer CEE n° 1132/97 e do Parecer CEE n° 1158/98.
- Oferecimento, ao aluno do tempo relativo à duração do ensino fundamental, acrescido da flexibilização de até 50%, quando comprovada a sua necessidade em avaliação pedagógica e registrada no PDI.
- Comprovação de que ao aluno foi oferecida a possibilidade de percurso pelas etapas constitutivas do nível de escolarização correspondente ao ensino fundamental.
- O envolvimento da família durante todo o processo.

O teor da referida certificação de escolaridade deve possibilitar novas alternativas, tais como o encaminhamento para outros setores da sociedade, bem como a inserção no mundo do trabalho, seja ele competitivo ou protegido.

Encerradas as possibilidades de escolarização, a escola deve promover o encaminhamento desses alunos para outros serviços de atendimentos existentes no município.

A escola deverá manter arquivo com os documentos comprobatórios da emissão da certificação especial, incluindo os relatórios do PDI do aluno.

3 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

É necessário lembrar que a escola é parte da sociedade e não um corpo estranho à mesma.

Sua constituição e funcionamento foram gerados a partir de demandas da sociedade.

Por ser parte da sociedade, a escola não está imune aos seus perigos, defeitos e tensões de toda ordem que a mesma abriga. Se hoje podemos perceber na sociedade problemas como: individualismo, egoísmo, autoritarismo, burocracia, violência, injustiça, discriminação e tantos outros; é provável por mais organizada e democrática que a escola seja, que ela também venha a apresentar, em maior ou menor grau, esses problemas. A escola nunca fez, nem fará milagres. O que a escola pode e deve fazer é ter um novo olhar sobre as “diferenças”.

A segregação prejudica a todos, porque impede que as crianças das escolas regulares tenham oportunidade de conhecer a vida humana com todas as suas dimensões e desafios.

Entendemos que o primeiro passo da inclusão é entender e aceitar que cada criança tem um ritmo, tendo ela uma necessidade especial ou não. É preciso conhecer e entender a criança sem o rótulo de uma doença. Vivemos numa sociedade que impõe padrões e se a criança não enquadra, ela está fora, fora do mundo, fora da escola. Para trabalhar com a criança com necessidade especial, seja ela qual for, física ou neurológica o professor, especialista e equipe pedagógica tem de se desprender do preconceito. Incluir significa oferecer educação de qualidade para todos. Na escola inclusiva, a identidade se constrói com a valorização das qualidades de cada um.

A inclusão cresce a cada ano, e com ela, o desafio de garantir uma educação de qualidade para todos.

Escolhi desenvolver o tema OS Desafios de Uma Escola Inclusiva, pois acho que a inclusão ainda é uma pedra no caminho da maioria dos educadores. Muitas de nossas escolas ainda não tem recursos físicos e humanos com preparo para enfrentar os desafios apresentados. Nossas escolas não tem adaptações físicas para receber portadores de deficiência física, e muitas vezes essas crianças são levadas até as salas de aula no colo dos professores. Existe a necessidade de professores de braile e libra para as devidas orientações individuais. As crianças portadoras de necessidades especiais são colocadas nas salas regulares só com o professor regente, sem um professor apoio ou um coordenador especialista na área específica tornando a aprendizagem desse aluno quase que impossível. Estamos em processo de mudanças, de melhorias, mas ainda vai demandar tempo até que todos sejam atendidos nas suas necessidades especiais.

Feliz aquele que transfere o que sabe e aprende o que ensina.

Cora Coralina

4 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL, Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: Corde,1994.
- MONTOAN, Maria Tereza Eglér et al, A integração das pessoas com deficiências:
- MONTOAN, Maria Tereza Eglér , **Inclusão Escolar**, O que é? Por quê? Como Fazer? 1º impressão, 4º impressão Editora Moderna Ltda-Coleção Cotidiano Escolar- ano 2003
- Contribuições para uma reflexão sobre o tema. São Paulo, Memnon.1997
- Revista Nova Escola out/2010- p.130- Art. Luis Carlos Menezes
- Revista Pátio – Pedagógica – novembro/2004/janeiro 2005 – Aprendizagem para Todos – Artigo: Lino de Macedo – **O desafio da Escola para Todos** p.16
- Revista Pátio – Educação Infantil. Março/junho/2008 – Caminhos da Inclusão – Como lidar com as diferenças – Jose Pacheco- **Série não rima com inclusão** – p.6
- MACEDO, Lino de . **Ensaio Pedagógico**- Como Construir uma Escola Para Todos? – Reimpressão. São Paulo, SP: Artmed Editora S.A.,2005.
- MINAS GERAIS. **Orientação** SD nº 01/2005. Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.
- MINAS GERAIS. **Parecer** CEE nº 424/03, de 02 de setembro de 2003. Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.
- MINAS GERAIS. **Resolução** CEE nº 451/03, de 02 de setembro de 2003. Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.
- MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. Ensino Fundamental de 9 anos: em busca do sucesso escolar – SEE, 2004. 34p.
- www.uniapaemg.org.br/admin/downloads/legislacao20106013.PDF).
- (<http://revistaescola.abril.com/formação/formação-continuada/esse-aluno-não-sabe-nada-602485.shtml>).
- Inclusão Social de Crianças Portadoras de NE*
- (<http://aulatecnologiaeducacao.blogspot.com>).

5 – ANEXO

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL CORONEL
ALONSO DE MORAIS



escola de gestores
da educação básica

UFMG – UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FAE – FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR
PROJETO VIVENCIAL
TURMA: PÓLO FRUTAL – 11

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL
CORONEL ALONSO DE MORAIS

Educação Infantil e Ensino Fundamental

EDIMAR REIS OLIVEIRA BARCELOS
NEILA MARIA DE SOUZA LIMA
RUTE DE JESUS MACHADO GONÇALVES
VALQUÍRIA PONTES MAIA SILVA
VILMA DUTRA FARIA RODRIGUES

Frutal, 2010



escola de **gestores**
da educação básica

UFMG – UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FAE – FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR
PROJETO VIVENCIAL
TURMA: PÓLO FRUTAL – 11

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL
CORONEL ALONSO DE MORAIS

*Trabalho acadêmico apresentado à Sala Vivencial do
Curso de Formação de Gestores da UFMG -
Universidade Federal de Minas Gerais. Orientação da
Professora Jacqueline da Silva Figueiredo Pereira e da
Professora, Grazielle Mariano Batista Maia.*

Frutal, 2010

SUMÁRIO

1 – INTRODUÇÃO.....	4
2 – FINALIDADE DA ESCOLA.....	6
3 – ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....	10
4 – CURRÍCULO.....	15
5 – TEMPO E ESPAÇOS ESCOLARES.....	17
6 – PROCESSOS DE DECISÃO.....	20
7 – RELAÇÕES DE TRABALHO.....	22
8 – AVALIAÇÃO.....	24
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	29

1 - Introdução

Nome: Escola Municipal Coronel Alonso de Moraes

Endereço: Rua Viriato Correa, 241

Cidade: Frutal - MG

Localização: Urbana Bairro: Centro

Email: escolacoronelalonsodemorais@hotmail.com

Telefax: (0xx34) 3423-2698

Municipalização: Resolução 8686/98 de 10/02/98

CGC: 19.940.469/0001-39

Modalidade de Ensino: Ensino Fundamental, Educação Infantil (3º Período)

Criação: Decreto 8.737 de 27/09/65

Nome da Diretora: Vilma Dutra Faria Rodrigues

Número de Alunos: 680

Número de Professores Regentes de turma: 20

Número de Professores de Apoio: 07

Número de Especialistas: 02

Número de Profissionais Técnicos: 03

Número de Profissionais Auxiliares: 07

O Projeto Político Pedagógico, aqui sistematizado, traduz o trabalho coletivo de todas as pessoas envolvidas no processo ensino-aprendizagem. Ele expressa a preocupação e o compromisso dos educadores com a melhoria do ensino no sentido de responder às necessidades sociais e históricas, que caracteriza a sociedade brasileira hoje.

Resgatar a relação da escola com a comunidade, por meio da discussão e reflexão entre as partes, possibilitará que os envolvidos expressem suas necessidades e anseios, redefinindo o compromisso da comunidade escolar.

A escola pública tem a tarefa de atender a todos com qualidade, garantindo a posse sistemática do saber científico historicamente acumulado, sem esquecer as experiências de vida e a realidade social de seus educandos (LDB 9.394/96).

A construção coletiva do Projeto Político Pedagógico está dentro do contexto social da escola, o que significa que todos estão dispostos a dialogar com diferentes posturas, pontos de vistas e interesses.

Nesse contexto, cabe ao diretor coordenar esse trabalho coletivo de construção e vivência desse instrumento que deve retratar a confiança, o respeito mútuo, a cooperação e a solidariedade de todos.

Deverá ser uma ferramenta eficaz e efetiva para a construção de uma escola em que os educadores estejam abertos permanentemente para as transformações; para o aperfeiçoamento; para a reflexão sobre sua prática; para a revitalização de valores, crenças, visões, homem e de mundo, enfim para a firme decisão de concretizar as idéias, princípios, objetivos, metas e ações neles explicitados, tornando a escola o lugar em que as crianças aprendem aquilo que é indispensável para a vida em sociedade.

Considerando essas necessidades reunimos todos os atores envolvidos no processo para traçar os objetivos e a partir da contribuição de todos os segmentos montar um documento que será nosso ponto de referência para este ano escolar.

Buscamos através de questionamentos dirigidos aos profissionais e familiares dos alunos, suas expectativas, estabelecemos as prioridades de acordo com as necessidades e os fatores de realidade da Escola.

Essas expectativas dos profissionais e familiares serviram como referencial de orientação para traçar metas e opções que delinearão nosso trabalho educativo como importante marco teórico para num esforço coletivo buscar um ensino de qualidade compatível com as reais aspirações, necessidades e possibilidades de nossos alunos, neste ano que se inicia e nos próximos anos que virão.

Para alcançarmos as metas estabelecidas utilizaremos de todos os recursos e materiais didáticos existentes na escola para o desenvolvimento das ações programadas, tendo como responsáveis pela condução do processo os professores, especialistas, sob a coordenação da direção.

Procuraremos envolver neste trabalho, sempre que possível, os pais e a comunidade, com as seguintes finalidades: melhorar o desempenho dos alunos; levantar dados e informações necessárias ao replanejamento das ações; identificar no conjunto de conteúdos, pontos curriculares críticos que necessitam de atenção imediata para promover a melhoria da aprendizagem; unir esforços para tornar realidade as atividades planejadas; garantir em todos os momentos a participação

de todos os responsáveis direta e indiretamente pelo desenvolvimento das ações de natureza pedagógica da escola, inclusive os alunos e seus pais.

As necessidades da maioria dos profissionais ao elaborar essa proposta de trabalho estão voltadas para a aquisição do conhecimento técnico, no aprimoramento profissional, na qualidade de trabalho, nas relações interpessoais e no desempenho da Escola como um todo.

Nosso maior compromisso no cumprimento deste plano é com a mudança da Escola Pública, sabemos que para sua realização é necessário, planejar, executar, avaliar e agir compartilhadamente, procurando a cada dia vencer os objetivos e as metas planejadas, considerando de suma importância para a realização de nossas ações educativas durante os próximos anos.

Que este plano represente o mapa, roteiro a ser percorrido, as condições e recursos com que contaremos, os benefícios e desafios que teremos que enfrentar, capacitando-nos desta maneira para o início de uma nova história em que partindo da situação atual iremos projetar os nossos esforços para a situação ideal, numa aventura de construir uma aprendizagem significativa para os nossos alunos.

2 – FINALIDADES DA ESCOLA

A Escola Municipal Coronel Alonso de Moraes tem por finalidade atender o disposto na Constituição Federal e Estadual na LDB e no Estatuto da Criança e do Adolescente, ministrar Educação Infantil (3º período) e Ensino Fundamental (anos iniciais) observadas em cada caso, a legislação e as normas especificamente aplicadas.

Esta Escola visa dentro de sua proposta pedagógica contribuir com as políticas e programas de educação, mediante o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo, a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade; o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores; o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

2.1 - Finalidades Filosóficas.

2.1.1 - Do Embasamento Teórico-filosófico:

Fundamentamos nossa proposta na teoria do pensador russo Vygotsky, contemporâneo de Piaget. Vygotsky considera que o aprendizado é essencial para o desenvolvimento do ser humano e se dá, sobretudo pela interação social, sendo fruto de uma grande influência das experiências do indivíduo.

A contribuição mais importante de Vygotsky para a educação é sua proposta de relação entre desenvolvimento e aprendizagem. Para ele o desenvolvimento está atrelado à aprendizagem, que é essencial para promover o desenvolvimento: é como se ela “puxasse” o desenvolvimento para frente.

Nisto está referida a importância que Vygotsky dá para cultura, para a experiência de vida do sujeito. Quer dizer, uma pessoa passa a vida aprendendo coisas, e é este caminho da aprendizagem que vai definir por onde passará o seu desenvolvimento. Isto dá à educação uma perspectiva muito valiosa, que é olhar para frente: uma visão prospectiva e não retrospectiva. É onde tem mais valor o conceito vigostskyano de zona proximal (muito divulgado, às vezes mal interpretado); é um valor heurístico: serve para iluminar o modo de ver a questão, e não tanto para instrumentalizar um olhar sobre as crianças.

Dentre todas as abordagens de ensino, escolhemos o sócio-construtivismo e o trabalho com projetos, pois acreditamos que assim estaremos possibilitando um aprendizado diferenciado e significativo.

Queremos enfatizar a construção do conhecimento numa visão social, histórica e cultural, onde o papel do professor é o de mediador, facilitador, que interage com os alunos através da linguagem num processo dialógico.

Acreditamos que a Zona de Desenvolvimento proximal auxilia a criança a avançar de um nível para outro por meio da mediação do professor. É no brincar, no lúdico é no mundo ilusório que as crianças aprendem a agir numa esfera cognitiva. O jogo e a brincadeira são situações de aprendizagem.

A teoria deverá ser aplicada de forma a promover aulas dinâmico-interdisciplinares, resgatando o ato de pensar, refletir e questionar para uma educação integral e bem sucedida rumo à construção da cidadania.

2.1.2 – Finalidades Políticas

“A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. (Art. 205 Constituição Federal, 1988)

Ao analisar as definições de Jamil Cury no texto "O Direito à Educação: Um campo de atuação do gestor educacional na escola" constatou-se que a educação escolar é um bem público de caráter próprio por implicar a cidadania e seu exercício consciente, por qualificar para o mundo do trabalho, por ser gratuita e obrigatória no ensino fundamental, por ser gratuita e progressivamente obrigatória no ensino médio, por ser também dever do Estado na educação infantil.

Mas como se trata de um direito reconhecido, é preciso que ele seja garantido e, para isto, a primeira garantia é que ele esteja inscrito no coração de nossas escolas cercado de todas as condições.

É dever da escola inspirada na Constituição Federal, e princípios básicos que norteiam a boa convivência humana, oferecer ao educando seu pleno desenvolvimento, preparando-o para o efetivo exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

2.1.3 – Finalidades Sócio-antropológica

Nesta perspectiva, é essencial a vinculação da escola com as questões sociais e com os valores democráticos, não só do ponto de vista da seleção e tratamento dos conteúdos, como também da própria organização escolar.

Organizar a equipe de trabalho para soluções de possíveis problemas identificados, determinantes da qualidade do ensino, interferindo de maneira significativa sobre a formação dos alunos.

Ser cidadão é, entre outras coisas, agir com respeito solidariedade, responsabilidade justiça e não-violência. Esses valores e atitudes precisam ser apreendidos e desenvolvidos pelo ser humano. A melhor forma de ensiná-los e aprendê-los e vivenciando-os. O convívio escolar é ambiente propício para que os alunos possam desenvolver atitudes conscientes e coerentes com os valores que desejamos para o convívio social.

A Escola tem como finalidade reforçar a interação entre os indivíduos e seu grupo social, com a comunidade, respeitando valores, culturas e individualidades ao

pensar e propor as práticas educativas, buscando alternativas frente a situações adversas.

Nesse contexto o acolhimento aos alunos com diferentes potencialidades e dificuldades, o papel reservado a eles na instituição, assim como, o cuidado e atenção com suas problemáticas de vida, podem concretizar o respeito mútuo, o diálogo, a justiça e a solidariedade.

“A construção do ser social, feita em boa parte pela Educação, é a assimilação pelo indivíduo de uma série de normas e princípios – sejam morais, religiosos, éticos ou de comportamento - que balizam a conduta do indivíduo no grupo. O homem, mais do que formador da sociedade, é um produto dela.”

Emile Durkheim
Revista Nova Escola, 166. Out. 03.

2.1.4 – Finalidades Pedagógicas

A metodologia a ser desenvolvida nesse projeto baseia-se nos quatro pilares da educação: pensar, sentir, tocar e fazer de modo crítico, criativo, significativo, solidário e prazeroso.

Pressupõe:

- um espaço de aprendizagem que vê o educador e o educando como parceiros na construção do saber;
- ampliar as oportunidades de alfabetização dos alunos através de práticas de leitura diversificada e material inovador;
- desenvolver as potencialidades dos alunos no campo das emoções, das habilidades artísticas, desenvolvendo a criatividade e suas formas de expressão;
- resgatar a alegria de aprender por meio de atividades significativas para os educandos, criando brincadeiras, jogos, contribuindo para o desenvolvimento da expressão lingüística, artística, corporal e musical;
- utilizar de dinâmicas de grupo, oficinas, técnicas de painel, mesa redonda – diálogo e troca de idéias;
- usar a tecnologia como ferramenta de aprendizagem;

As finalidades que julgamos reforçadas são as político-pedagógicas. Essas que estão detalhadas na organização do currículo tem como base o núcleo comum,

já estabelecido em lei e a parte diversificada organizada de acordo com a realidade da escola, detalhada no planejamento de todas as disciplinas.

As relegadas, filosófica e sócio-antropológica, uma vez que os educadores em seu dia-a-dia acabam se preocupando em serem conteúdistas esquecendo o embasamento teórico-filosófico e os valores que balizam a formação do ser humano.

3- ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

3.1- Administrativa:

3.1.1- Recursos humanos;

Número de Professores de Apoio: 07

Número de Especialistas: 02

Número de Gestor: 01

Número de Profissionais Técnicos: 03

Número de Profissionais Auxiliares: 07

3.1.2- Recursos físicos;

Escola Municipal Coronel Alonso de Moraes localizada à Rua Viriato Correa, 241, no Centro, iniciou suas atividades educacionais em 1966, em um prédio alugado. O novo prédio foi construído e inaugurado em 1978 com 06 salas de aula. Hoje conta com 10 salas de aula.

A biblioteca foi ampliada, construiu-se 01 laboratório de informática, uma sala adaptada para telecentro, e outras dependências, todas em bom estado de conservação. As demais instalações são adequadas, confortáveis e higiênicas, possui rede de esgoto e água potável.

Área do terreno: 4.000 m²

Área construída: 1.821 m²

Área disponível: 2.059 m²

Número de salas de aulas: 10 com 48m² cada

Laboratório de Informática: 01 - 60m²

Biblioteca: 01 - 80m²

Outras dependências: 15
Quadra esportiva coberta: 01 – 600m²
Refeitório: 01- 60m²
Pátio cimentado: 02

3.1.3- Recursos Financeiros:

FNDE/PDDE- recebido anualmente.

Eventos e promoções de acordo com as necessidades.

Merenda escolar adquirida pela Prefeitura Municipal, com cardápio regionalizado de boa qualidade, elaborado pela nutricionista e aprovado pelos alunos.

3.1.4 - Arquitetura do Prédio:

O prédio foi construído pela CARPE e ampliado pela Comunidade escolar tendo uma área de 4.000m² com 1.821m² de área construída.

3.1.5 – Equipamentos:

Para utilização dos alunos: 46 computadores,

Para utilização da Secretaria: 02 computadores

Para utilização dos professores: 01 computador

Para utilização dos professores da biblioteca: 01 computador

Para utilização dos especialistas: 01 Notebook

Data show: 02

Aparelhos de televisão: 02

Aparelhos de DVD: 02

Aparelhos de vídeo cassete: 02

Aparelho antena parabólica: 01

Aparelhos de CD: 11

Caixa de som amplificada com microfone: 01

Impressoras: 06

Aparelho de ar condicionado: 01

Aparelho de fax: 01

Fogão: 03

Fornos: 01

Liquidificador: 02

Espremedor de frutas: 01

Geladeira: 02

Freezer: 02

3.1.6 - Mobiliário:

Salas de aula com: 36 carteiras, 02 ventiladores, 01 bebedouro, 04 armários, 01 mesa do professor, com cadeira

01-Sala de reforço: 15 carteiras, 01 mesa com cadeira para professor

01 Armário de madeira, 01 mimeógrafo

01-Biblioteca: 15 mesas com 67 cadeiras

01-Laboratório de Informática; 03 bancas com 36 cadeiras

01-Telecentro: 10 mesas com 10 cadeiras

01-Secretaria: 03 mesas para computador, 02 escrivaninhas, 03 cadeiras, 03 arquivos, 03 armários de aço, 01 bebedouro elétrico.

01-Diretoria: 01 escrivaninha, 01 cadeira, 01 sofá de 02 lugares, 01 mesa para notebook, 01 armário de aço, 01 arquivo.

01-Sala de professores: 01 mesa com 10 cadeiras, 01 mesa para computador, 01 armário de madeira.

01-Sala de especialista: 01 escrivaninha, 01 cadeira, 01 arquivo, 01 armário de aço.

01-Sala de professor eventual: 01 armário de madeira, 01 mesa com cadeira, 02 mimeógrafos.

3.2- Pedagógica:

Considerando a escola como um espaço cultural criado para transmitir às novas gerações instrumentos de aprendizagens essenciais, temos grande preocupação com a formação ética de nossos alunos e formação de atividades fundadas nos quatro pilares da educação: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver com os outros e aprender a ser. Nesta perspectiva desenvolvemos nosso trabalho voltado para uma educação cidadã que compreende a realização plena do ser humano, respaldado na construção e reconstrução de conceitos e fortalecimento de valores indispensáveis para um convívio saudável e de

prosperidade. Para realização e concretização do processo ensino aprendizagem é fundamental a co-participação da família em uma realização de parceria com a escola, para que juntos possa efetivar a boa qualidade da educação.

O Ensino Fundamental é organizado em dois ciclos com duração de cinco anos; sendo: Ciclo da Alfabetização com duração de três anos e caracteriza-se pelo desenvolvimento de um conjunto de conhecimentos e capacidades fundamentais ao processo de alfabetização e letramento dos alunos, e Ciclo Complementar que tem como objetivo consolidar, ampliar e aprofundar os conhecimentos e capacidades consideradas essenciais ao processo de alfabetização e letramento dos alunos.

Os alunos estão agrupados com base na idade, nível de conhecimento e as habilidades básicas. Avaliados continuamente em todos os conteúdos, tendo como objetivo a formação básica, mediante o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, conhecimento, habilidades, atitudes e valores.

As turmas são nomeadas de 01 a 18 para o Ensino fundamental e 01 a 02 para a Educação Infantil. Cada turma conta com 32 a 35 alunos 01 educador e 01 professor de Educação Física e no 4º e 5º ano 01 professor de Língua Estrangeira Moderna.

Os alunos provenientes de outros sistemas de ensino são enturmados de acordo com a idade, experiência e nível de desempenho, mediante avaliação, para posicionamento no Ciclo, no sentido de reforçar a autoestima, o gosto pelos estudos e pela escola, de acordo com a legislação vigente.

A ação didático-pedagógica é organizada através da pedagogia de projetos sendo estes sugeridos através de parcerias feitas por diversas instituições e com a Secretaria Municipal de Educação.

A metodologia de trabalho da Educação Infantil e Anos Iniciais estão centrados nos Projetos, pois acreditamos que com esta metodologia o currículo visa uma interação maior entre o conhecimento, o educando e o professor. Incentivando assim aos alunos a serem sujeitos do seu próprio conhecimento em busca do seu aprendizado de uma forma prazerosa.

O papel do professor é o de ser o mediador neste processo, e não um mero transmissor de conteúdos. Deixa de ser o único dono do saber. É um sujeito que planeja que constrói em conjunto com o grupo e principalmente é o que “cuida” para a “peteca não cair” delineando o projeto com rumos significativos no aprendizado

dos envolvidos. O projeto a ser desenvolvido precisa constantemente da orientação do professor desde o início até o fechamento do mesmo.

A escolha de um tema para o projeto, conforme Nogueira (2005) deverá vir de uma necessidade, vontade ou sonho de um grupo. O grupo decidirá coletivamente e se comprometerá a buscar as informações necessárias para a resolução de suas inquietações tornando assim os momentos de aprendizado prazeroso.

O trabalho por Projetos possibilita a construção de uma comunidade democrática dentro da sala de aula. Todo o processo vivido pelas crianças revela uma rica aprendizagem do que é viver a diversidade de um grupo, sabendo respeitar as opiniões dos demais e construindo um espaço de diálogo e confronto de idéias. Os projetos dão novos significados ao vínculo entre escola e realidade social não limitando-se as situações artificiais de aprendizagem.

A pedagogia de Projetos também favorece o trabalho com os alunos portadores de necessidades especiais.

Segundo Mantoan (2005), o sucesso da inclusão de alunos com deficiência na escola regular decorre, portanto, das possibilidades de se conseguir progressos significativos desses alunos na escolaridade, por meio da adequação das práticas pedagógicas à diversidade dos aprendizes. E só se consegue atingir esse sucesso, quando a escola regular assume que as dificuldades de alguns alunos não são apenas deles, mas resultam em grande parte do modo como o ensino é ministrado, a aprendizagem é concebida e avaliada. Pois não apenas as deficientes são excluídas, mas também as que são pobres, as que não vão às aulas porque trabalham, as que pertencem a grupos discriminados, as que de tanto repetir desistiram de estudar.

Neste pensamento, a escola além de proporcionar espaços de acessibilidade, busca oferecer aos alunos atividades diversificadas com mobiliário e materiais didáticos pedagógicos adequados para a sistematização do conhecimento.

4 – CURRÍCULO

...“uma coisa é o currículo considerado como intenção, um plano ou uma prescrição que explica o que desejaríamos que ocorresse nas escolas, e outra é o que existe nelas, o que realmente ocorre em seu interior. O currículo tem que ser entendido como cultura real, que surge de uma série de processos, mas que como objeto delimitado e estático que se pode planejar e depois implantar”

Gimeno Sacristán (1995,p27)

Existe um acordo cada vez mais amplo sobre o fato de que, com as mudanças sociais, políticas, culturais e demográficas associadas à chamada sociedade da informação, estamos assistindo atualmente uma transformação sem precedentes da educação escolar. Essa transformação já está afetando visivelmente o quando, o como, o onde e também o quê e o para que as crianças e os jovens aprendem nas escolas. Nesse novo cenário, fica cada vez mais evidente a necessidade de incorporar ao currículo escolar, novos conhecimentos, novas destrezas e habilidades, novos valores, novas competências.

É função da escola, hoje, entre outras, apresentar ao aluno, com os instrumentos de cada disciplina, as possibilidades de leitura das dimensões do todo, integrando-as interdisciplinarmente, para uma visão complexa da realidade.

Ética e cidadania, trabalho e consumo, desigualdades sociais, educação sexual, educação para a saúde, educação ambiental, informática, tecnologias são realidades do mundo atual, entre outras, que a escola deve trabalhar, de forma integrada e interdisciplinar, como ponto de partida para a compreensão da complexidade dos fenômenos sociais em suas contradições. O seu tratamento no currículo pode viabilizar um novo rosto aos conteúdos escolares, tendo em vista a formação para a cidadania.

Os profissionais da educação precisam comprometer-se com o estudo e com a pesquisa, bem como posicionar-se politicamente. Precisa assim, situar-se frente aos problemas econômico, sócio-políticos, culturais e ambientais que hoje nos desafiam e que desconhecem as fronteiras entre as nações ou entre as classes sociais.

A partir dessas práticas a escola propiciará ao aluno uma compreensão maior do mundo em que vive, para que nele possa atuar autonomamente.

O currículo escolar deverá oportunizar a formação integral do aluno, composto de uma Base Nacional Comum e uma Parte Diversificada, integrando e articulando a Vida Cidadã com as Áreas de Conhecimento, que desenvolvido de forma contextualizada, interdisciplinando os conteúdos das diversas áreas oportunizará a formação de um cidadão crítico, criativo, reflexivo, pronto para aprender a aprender, aprender a ser, fazer, conviver e enfrentar os desafios do mundo moderno.

4.1 Dos Conteúdos Curriculares

Atendendo as necessidades do educando a escola desenvolverá conforme o Plano de Desenvolvimento da Escola, os conteúdos da Base Nacional Comum e da Parte Diversificada (em forma de projetos), procurando a globalização dos conhecimentos e assegurando aos alunos as idéias básicas necessárias a compreensão dos fatos, o domínio das informações regionais adaptadas às suas necessidades e proporcionará um aprender com sucesso.

A orientação para o trabalho terá tratamento globalizado nos diversos conteúdos curriculares:

- A Educação Física deverá se ajustar as faixas dos educandos e conta com uma aula semanal;
- A Educação Artística deverá promover o desenvolvimento cultural e artístico dos alunos;
- A Educação Religiosa será tratada dentro da Ética, Integração e Valores Humanos;
- Os aspectos da Vida Cidadã: saúde, sexualidade, vida familiar e social, meio ambiente, trabalho, cultura, Ciências e Tecnologias e linguagens e História da Cultura Afro-brasileira deverão permear todos os conteúdos da Base Nacional Comum e da Parte Diversificada;
- Literatura constará da Parte Diversificada no Ciclo da Alfabetização e a Língua Estrangeira Moderna no Ciclo Complementar.

5 - TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES

Nos últimos anos o tempo de escola vem sofrendo mudanças em sua definição, tendendo a ser compartilhado com o novo tempo social, baseado na cultura urbana e está determinado por várias demandas que às vezes estão relacionadas ao bem estar das crianças, ou das necessidades do Estado e da sociedade e ainda a rotina da família.

Pesquisas revelam que maior duração do tempo letivo apresenta alta incidência de relações positivas com o rendimento dos alunos.

Nosso tempo está organizado de acordo com a Resolução 469/03, ou seja pelo sistema de ciclos e conseqüentemente a progressão continuada que muitas vezes é contraditória porque uns acreditam que mascara os resultados, uma vez que a política educacional atual está montada para mostrar resultados estatísticos a curto prazo, não tendo grandes preocupações com a qualidade do processo ensino-aprendizagem, outros acreditam que o ciclo amplia as possibilidades de sucesso escolar, uma vez que propicia relação mais flexível e dinâmica entre o tempo disponível, os objetivos curriculares e o ritmo de aprendizagem dos alunos.

A ampliação do ensino fundamental para nove anos representa um avanço importantíssimo na busca da inclusão e êxito das crianças das camadas populares em nossos sistemas escolares. Ao iniciarem o ensino fundamental um ano antes, aqueles estudantes passam a ter mais oportunidades para, mais cedo começar a se apropriar de uma série de conhecimentos, entre os quais tem um lugar especial, o domínio da escrita alfabética e das práticas de ler, compreender e produzir textos.

Os educadores precisam estar atentos a todos os momentos de aprendizagem dos alunos, nos tempos em sala e fora dela, definindo e organizando seu trabalho com o firme propósito de melhorar a qualidade do ensino.

"O aprendiz é como um viajante que se detém o tempo que for necessário nos lugares de seu interesse". *Hernández* (2.004,p.46-51)

Nesta escola os educandos estão organizados em grupos de trinta e dois a trinta e cinco, com base na idade, nível de conhecimento e as habilidades básicas, para cada turma, sob a responsabilidade de um Educador.

O planejamento da escola é feito por grupo de professores, para cada nível de ensino, sob a orientação dos especialistas, anualmente, considerando: a

realidade da clientela, o nível de aprendizagem, o calendário escolar elaborado pela Secretaria Municipal de Educação que prevê duzentos dias letivos (de fevereiro a dezembro), cinco dias semanais (de 2ª a 6ª feira). Os educandos juntamente com os educadores permanecem quatro horas de aula diariamente (7:00h às 11:20h e 12:30 às 17:30horas) desenvolvendo efetivamente atividades curriculares estabelecidas pela grade curricular em sala de aula, num total de oitocentas horas anuais.

Há ainda o tempo destinados às atividades extra-turno a serem cumpridas fora do horário escolar, realizadas em espaços formadores como: as tarefas de fixação e de pesquisa realizadas em casa, diariamente, ainda as atividades de incentivo às leituras realizadas na sala da biblioteca, as aulas de xadrez destinadas aos alunos do 5º ano realizadas no laboratório de informática, semanalmente. As atividades esportivas são realizadas na quadra ou clubes, atividades culturais e de lazer, em espaços diversos.

Após a divulgação dos resultados das Avaliações externas (SIMAVE) elabora-se o Plano de Intervenção Pedagógica (PIP), para atendimento aos alunos com baixo desempenho.

A partir dos resultados da avaliação diagnóstica e contínua são oferecidas ainda as aulas de apoio pedagógico destinadas aos alunos com necessidades específicas de aprendizagem durante três dias na semana na sala de recursos pedagógicos.

Essa poderá ser uma atividade temporária e rotativa dependendo do desempenho de cada um.

Os alunos não estão ajustados a tempos rígidos, ou seja, a organização do currículo é flexível procurando atender as suas necessidades e interesses, tendo como horizonte a concretização da Proposta Pedagógica da Escola, buscando fortalecer o sucesso escolar.

Nossa escola está localizada no centro da cidade, em espaço residencial, lugar tranquilo e agradável.

Todos os seus espaços são otimizados e definidos para que os alunos e educadores deles se apropriem. As salas de aula são amplas e arejadas, dispõe de materiais didáticos variados e o mobiliário permite deslocamento temporário para atender as diversas propostas metodológicas, e onde professores e alunos podem usar de sua criatividade construindo ambientes de acordo com sua identidade.

Possui espaço fora da sala permitindo deslocamento sempre que considerarem oportuno para dinamização das aulas e interação com outros espaços.

A biblioteca é utilizada como espaço de formação para professores, onde eles se encontram para planejar, pesquisar, estudar e organizar seus planos de trabalho, quinzenalmente.

A biblioteca e o laboratório de informática, são os principais espaços formadores onde os alunos desenvolvem atividades culturais e virtuais com a orientação dos educadores, além desses espaços contarem com todos os recursos de multimídia.

A cantina, os banheiros as escadas, os pátios os jardins e o estacionamento tem dimensão pedagógica e são utilizados e explorados de maneira formadora definindo sempre a importância da preservação como espaço comum a todos.

A quadra esportiva é um dos espaços mais otimizados na escola, nela além das atividades esportivas e recreativas também é espaço onde se realiza várias atividades, como as comemorações: dia das mães, dos pais, as horas cívicas semanais, as festas, formaturas, palestras, reuniões de pais e assembléias.

Nos fins de semana é utilizada por Igrejas e outras entidades que realizam diversas atividades religiosas e culturais, tornando assim um espaço de apropriação da comunidade.

Durante o ano professores e alunos ainda vivenciam outros espaços, através de excursões, torneios esportivos, teatros, tendo assim a oportunidade de fazer deslocamentos e entender as múltiplas funções que os espaços têm para atender as necessidades dos alunos e da importância para sua formação como cidadãos.

“O professor deve transmitir, mais do que um saber, um tempo. O professor deve chegar como o autor, para oferecer tempo e luz, elementos essenciais de toda mediação”. *(Zambrano citado por Hernández,2004,p.13)*

6 - PROCESSOS DE DECISÃO:

A Constituição de 88, e a LDB estabelecem a gestão democrática do ensino público, assim sendo esta escola tem como objetivo desenvolver uma gestão democrática, priorizando o trabalho em equipe, fazendo um ambiente escolar que privilegie a cultura organizacional, delegando poderes, buscando a participação da família sinalizando a busca de uma identidade própria, dinâmica disposta a prestar contas de sua atuação.

Desenvolver um projeto de gestão escolar que unifica todas as ações administrativas, garantindo a tomada de decisões coletivas através da Ação colegiada, implica em vivenciar um processo contínuo de mudanças.

A gestão democrática sinaliza tomada de decisões coletivas e possibilita a melhoria da qualidade do ensino, da construção de um currículo pautado na realidade da escola e maior integração entre os envolvidos: diretor, professores, alunos e familiares, transformando o sistema autoritário existente no interior da escola num espaço de discussão da sua função primordial, que é formar cidadãos críticos, criativos e participativos.

Uma estrutura administrativa da escola adequada à realização de objetivos educacionais, de acordo com os interesses da população, deve prever mecanismos que estimulem a participação de todos no processo de decisão.

Isto requer uma revisão das atribuições específicas e gerais bem como da distribuição do poder e da descentralização do processo de decisão. Para que isso seja possível há necessidade de se instalarem mecanismos institucionais visando a participação política de todos os envolvidos com o processo educativo da escola.

Para que a tomada de decisão seja compartilhada é necessário:

- a criação e consolidação do colegiado;
- a redefinição e implementação da Associação de Pais e Mestres;
- o fortalecimento e participação do grêmio estudantil.

Esses órgãos compõem a estrutura administrativa e deliberativa da escola, tem suas formas de organização e funcionamento, composição e atribuições especificadas em estatuto próprio, precisam ser considerados como aliados ao processo de gestão da escola.

A gestão da escola, exercida pelo diretor em consonância com o Colegiado, a Associação de Pais e Mestres e ainda com a participação do Grêmio Estudantil será exercida de forma democrática. O Colegiado se constitui como instância de discussão, análise, deliberação, acompanhamento e avaliação do planejamento e funcionamento da unidade escolar, expresso no Projeto Político Pedagógico. A Associação de Pais e Mestres com a finalidade de colaborar com a qualidade educacional com os objetivos e as metas tão almejadas pela comunidade escolar.

Compete ainda, à APM estabelecer e dinamizar canais de participação da comunidade no planejamento, no processo de tomada de decisão, no desenvolvimento das atividades e nas ações da escola.

O Grêmio Estudantil está organizado, sua diretoria é eleita anualmente, através de eleições realizadas entre os alunos do 5º ano. É uma entidade autônoma representa os interesses e atende às reivindicações dos estudantes, com a finalidade de desenvolver valores democráticos, éticos, morais, educacionais, culturais, cívicos, desportivos e sociais.

Na gestão democrática o diretor será o articulador político e administrativo da unidade escolar, exercendo suas funções específicas, de acordo com o regimento escolar

PARO (1993,p.34) “sugere a instalação de processos eletivos de escolha de dirigentes, colegiados com a representação de alunos, pais, associação de pais e professores, grêmio estudantil, processos coletivos de avaliação continuada dos serviços escolares, etc.”

7 - RELAÇÕES DE TRABALHO

Nesta escola, a gestão tem por objetivo principal, envolver todas as pessoas interessadas na construção de uma proposta coletiva de educação, procurando estimular a participação de cada um para desempenhar seu papel num clima relacional pautado pela solidariedade e reciprocidade, buscando a construção de novas formas de relações de trabalho, com espaços abertos à reflexão coletiva que favoreça o diálogo e a comunicação entre os diferentes segmentos.

A convivência nesta escola é produtiva e solidária, porque toda informação atualizada circula democraticamente, de maneira que todos participem e opinem, pois entendemos que uma equipe produz bem se todos estiverem engajados num mesmo objetivo, apesar de se fazerem necessárias as opiniões divergentes.

No ambiente escolar o trabalho em equipe é muito importante, pois quando atuamos em equipe, aumenta a possibilidade de decidirmos coletivamente sobre o que vamos fazer como e com quem fazer. Desse modo, iniciamos o planejamento do projeto coletivo pela interação com aqueles com quem convivemos.

Quando o gestor é capaz de manter equipes coesas e comprometidas, torna-se possível dividir tarefas e responsabilidades, somar esforços individuais e multiplicar alternativas de ação.

Um clima favorável é uma das características mais marcantes que diferenciam as escolas com melhor desempenho. Pesquisadores da Fundação Vitor Civita concluíram que são três os elementos que ajudam a compor o bom clima organizacional. O primeiro é a coesão da equipe, o segundo é o comprometimento de professores e funcionários e finalmente, a existência de um comando e uma organização que deixem evidente as funções de cada um e respeitem a rotina escolar.

As relações humanas, embora complexas, são peças fundamentais na realização comportamental e profissional de um indivíduo. Desta forma, a análise dos relacionamentos entre professor/aluno, professor/professor envolve interesses e intenções, sendo esta interação o expoente das conseqüências, pois a educação é uma das fontes mais importantes do desenvolvimento comportamental e agregação de valores nos membros da espécie humana.

A relação da criança com o adulto na escola é medida então, pelo conhecimento formal. O professor já se apropriou do conhecimento formal que o

educando deverá adquirir e a interação entre ambos deve ser tal que permita e promova a aprendizagem deste conhecimento.

A relação entre professor e aluno depende, fundamentalmente, do clima estabelecido pelo professor, da relação empática com seus alunos, de sua capacidade de ouvir, refletir e discutir o nível de compreensão dos alunos e da criação das pontes entre o seu conhecimento e o deles. Indica também, que o professor deve buscar educar para as mudanças, para a autonomia, para a liberdade possível numa abordagem global, trabalhando o lado positivo dos alunos e para a formação de um cidadão consciente de seus deveres e de suas responsabilidades sociais.

O professor é mediador e facilitador que interage com os alunos na construção do saber, em um ambiente que deve ser propício para o processo de ensino-aprendizagem, ou seja, um ambiente agradável, para que ele possa reproduzi-lo fora da escola, mas se este ambiente for conflituoso, ele também poderá agir de forma inadequada, reproduzindo as ações que observou.

A aprendizagem é a principal função social da escola, para a qual o professor em sala de aula é de suma importância. Porém, não podemos ignorar que acontecem várias ações educativas nos diversos ambientes da escola, onde o educando não convive só com seus professores e, para que haja um ambiente educativo e formador, é necessário que todos participem direta ou indiretamente, influenciando no desenvolvimento da criança. Assim, podemos afirmar que existem muitos outros atores que ficam por trás das cortinas e que fazem toda diferença.

Segundo Paro, (2001) o local em que se realiza a educação sistematizada precisa ser o ambiente mais propício possível à prática da democracia. Por isso, na realização da educação escolar, a coerência entre meios e fins exige que tanto a estrutura didática quanto a organização do trabalho no interior da escola estejam dispostas de modo a favorecer relações democráticas. Esses são requisitos importantes para que uma gestão escolar, pautada em princípios de cooperação humana e solidariedade possam concorrer tanto para ética quanto para a liberdade, componentes imprescindíveis de uma educação de qualidade.

A Formação Inicial adquirida através dos cursos de graduação, agregadas à formação continuada oferecida através de vários programas de aperfeiçoamento, especialização e ou pós-graduação tem contribuído para o exercício das atividades com mais competência, provocando uma grande mudança de mentalidade dos

profissionais. A formação dos professores é fator relevante para os bons resultados das avaliações externas, contribuindo para elevação da auto-estima de todos. Nesta Escola todos os professores são graduados, e sempre que possível participam de cursos, palestras e do Projeto de Capacitação constante do Plano de Desenvolvimento da Escola.

Valorizar o mérito do trabalhador da educação, representado pelo desempenho eficiente no trabalho, dedicação, assiduidade, pontualidade, responsabilidade, realização de projetos e trabalhos especializados, cursos de atualização e desenvolvimento profissional, também é fator relevante para as boas relações no trabalho

8 – AVALIAÇÃO

Os Parâmetros Curriculares Nacionais consideram como critérios da avaliação os objetivos e conteúdos propostos, a organização lógica e interna dos conteúdos, as particularidades de cada momento da escolaridade e as possibilidades de aprendizagem, quais sejam, a cognitiva, a afetiva e a social. A avaliação deve refletir, de forma equilibrada, os diferentes tipos de capacidade e as três dimensões de conteúdos – conceitos, procedimentos e atitudes devem servir para encaminhar a programação e as atividades de ensino e aprendizagem.

Os critérios expressos nos PCN's representam as aprendizagens essenciais. Não expressam todos os conteúdos que foram trabalhados, mas apenas aqueles que são fundamentais para se considerar que um aluno desenvolveu as capacidades previstas de modo a poder continuar aprendendo na etapa seguinte.

Conforme o Regimento, Escolar “a avaliação da aprendizagem é um processo contínuo, progressivo, sistemático, participativo e investigativo”. Portanto, ele é um processo global, pois considera todos os aspectos definidos como importantes em sua filosofia e nos objetivos gerais e específicos previstos para as atividades envolvidas. Ele é contínuo e progressivo, significando que todos os momentos da aprendizagem são situações privilegiadas para que o educador possa ir colhendo dados para a construção do processo de avaliação que lhe cabe definir, planejar e executar. Ele é sistemático e investigativo, ou seja, o educador, diagnosticando as

condições do educando, se utilizados mais variados dados, relevantes a ele e ao próprio aluno, recolhidos durante todo o processo, para julgar o que avaliar. Ela ainda é participativa, ou seja, o educador deve refletir com o educando sobre os resultados obtidos e decidir com ele quais as medidas a serem caminhadas. A avaliação do espaço escolar é uma forma de estabelecer compromissos com a sociedade, de estudar, propor e programar mudanças no cotidiano das atividades e seu processo precisa ser por nós elaborados. A finalidade prática da avaliação não é apenas melhorar o conhecimento sobre as ações desenvolvidas, mas oferecer subsídios para a tomada de decisão. Em outras palavras, os resultados da avaliação devem indicar, de modo explícito, os elementos para o aperfeiçoamento ou revisão das atividades da escola ou do sistema educacional, no seu contexto social, político e econômico.

Entretanto é possível concebermos uma perspectiva de avaliação cuja vivência seja marcada pela lógica da inclusão, do diálogo, da construção da autonomia, da mediação, da participação, da construção da responsabilidade com o coletivo.

Segundo Navarro em seu texto - Avaliação: o processo e o produto, para avaliar são fundamentais que sejam estabelecidos critérios. Caso contrário, não se saberá o que olhar o que observar e, nem mesmo, o que perguntar. Assim, no acompanhamento co-responsável do desenvolvimento do processo educativo, cabe ao Conselho Escolar identificar os aspectos a serem avaliados e quais os que podem ser considerados adequados ao trabalho desenvolvido.

Na avaliação, o Conselho Escolar precisa considerar, além do “produto” expresso nas notas/menções dos estudantes, o “processo” pelo qual se deu essa aprendizagem. Este processo é revelado nas condições da escola e na ação do professor, entre outros. É preciso ter uma visão global da escola e, nela, situar o desempenho do estudante.

Importante destacar que o processo ensino-aprendizagem é muito mais amplo do que a simples mensuração de resultados obtidos pelos estudantes em avaliações que visam identificar, na sua grande maioria, somente alguns dos conhecimentos adquiridos. No entanto, mesmo que o Conselho Escolar opte por iniciar a avaliação da escola pelo desempenho discente, ele não pode perder a visão de todo o processo, estabelecendo um cronograma para as demais avaliações.

No processo de avaliação, o Conselho Escolar precisa levar em conta os resultados do SAEB, das avaliações desenvolvidas pela escola ou pelo seu respectivo sistema e a sua própria avaliação.

Caberá ao Conselho Escolar identificar os pontos fortes, médios e fracos da escola, propor, medidas para a melhoria dos processos pedagógicos e dos resultados.

A avaliação diagnóstica realizada como meio de investigação é o primeiro passo e vai definir o espaço de atuação dos educadores. Neste momento é que se explicitam, conhecem, investigam e se obtém elementos para a definição de prioridades, programas e projetos da escola. Metas e resultados emergem do conhecimento da realidade obtida através da avaliação que se faz sobre a situação em que ela se encontra.

A equipe da escola vê na avaliação um processo pelo qual se analisam, de maneira crítica, os resultados alcançados em relação aos objetivos previamente determinados. É uma investigação que analisa, norteia e orienta ações e seus resultados sendo feito registros descritivos, no diário de classe, bimestralmente e em fichas próprias, anualmente, considerando as seguintes questões:

1 - O que avaliar:

1.1 - A gestão pedagógica:

1.1.1 - A produtividade da escola: o desempenho dos alunos nas avaliações externas, o progresso dos alunos observados continuamente, os registros feitos bimestre a bimestre, a evolução da matrícula e a evasão.

1.1.2 - As inovações introduzidas, o acompanhamento da execução e implementação do PPP e PDE, a organização em ciclos, a recuperação paralela, o reforço escolar e outros projetos extra-turno. A melhoria da qualidade e programas de capacitação dos profissionais.

1.1.3 - O Plano de Desenvolvimento da Escola: a proposta de ensino, seus objetivos, abordagens metodológicas, conteúdos curriculares, apoio didático, sistema de avaliação.

1.2 - A gestão financeira:

A aplicação dos recursos do PDDE e Caixa de Controle Interno, dentro das prioridades estabelecidas pelo colegiado.

1.3- Gestão Administrativa:

O desempenho do pessoal auxiliar, administrativo, a atuação dos pedagogos, da gestão, dos docentes na execução do PPP e perfil dos discentes, a interação com as famílias e a comunidade.

2- Como avaliar:

2.1.- Procedendo-se ao levantamento de dados estatísticos, discutindo-os e elencando as conclusões e propostas do grupo a respeito dos mesmos.

2.2- construindo e socializando gráficos de produtividade e de perfil da escola, em diferentes variáveis.

2.3- Identificando, listando e discutindo com a equipe os elementos facilitadores e as dificuldades que interagem com o quadro conhecido, estabelecendo-se relação metas e ações desencadeadas no período de avaliação.

2.4- Fazendo levantamento de opiniões junto a pais, professores, funcionários e comunidade acerca do desempenho da escola, seus resultados e inovações pedagógicas.

2.5-Identificando os principais pontos a serem reforçados ou eliminados nos aspectos avaliados, de modo a preservar a qualidade pretendida.

2.6- Identificando problemas de infra-estrutura, suas possíveis causas, implicações e propostas de solução.

3- Quem avalia e é avaliado:

3.1- Todos os profissionais: professores, pedagogos, diretor, pessoal administrativo e auxiliar.

3.2- Alunos em seus diferentes aspectos.

3.3- Pais, escola e comunidade escolar;

3.4- O sistema: através dos Programas: SIMAVE SAEB e Prova Brasil.

Compete ao Conselho Escolar estabelecer os mecanismos mais adequados para esse acompanhamento, utilizando-se de uma metodologia que garanta fidedignidade, unidade de informações e respeito às individualidades.

Quanto mais os alunos tenham clareza dos conteúdos e do grau de expectativa da aprendizagem que se espera, mais terão condições de desenvolver, com a ajuda do professor, estratégias pessoais e recursos para vencer dificuldades.

Segundo Gadotti (apud Veiga,2004 p.12)

“Todo projeto supõe ruptura com o presente e promessas com o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se atravessar um período de instabilidade e buscar uma nova estabilidade em função da promessa que cada projeto contém um estado melhor que o presente. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente a determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis os campos de ação possível, comprometendo seus atores e autores.”

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MANTOAN, Maria Tereza Egler. **O que é inclusão?**

Plataforma Moodle – Texto: Avaliação: o processo e o produto, NAVARRO, Ignês Pinto.

Plataforma Moodle – Texto: Avaliação Institucional: A Avaliação da Escola como Instituição – SOUZA, Ângelo Ricardo. (et al).

Currículo e Desenvolvimento Humano - MEC-Secretaria da Educação Básica- pg. 19
Parâmetros Curriculares Nacionais- Introdução- p.48

Caderno Amae - Administração e Escolar, Amaral, Ana Lucia, Plano de desenvolvimento da Escola, p.39-maio 1998

SEEMG- Sistema de Ação Pedagógica - dicionário do Professor

.Tempos e Espaços Escolares, p.37,43,55

. Participação e Gestão Escolar, p.55

Pátio Revista Pedagógica- trimestral nº-30- 2004- p.16- Philippe Perrenout nº 45- 2008- p.12- Lino Macedo

Revista Gestão em Rede – 2006 nº 74 p. 13 – As exigências do novo milênio

Pro-Gestão - Como promover, articular e envolver a ação das pessoas no processo de gestão escolar?

Pro-gestão - Como desenvolver a avaliação institucional na escola?

PROCAD - Módulo 1 - Plano de Desenvolvimento da Escola

Veiga, Ilma Passos Alencastro. **PPP da Escola: Uma construção coletiva** In: Disponível na Plataforma Moodle